

União exige ajustes para negociar com estados

Para refinaranciar dívidas, os governadores poderão perder o controle acionário dos seus bancos estaduais para o governo federal

por Ivanir José Bortot e
Azelm Rodrigues
de Brasília e
do Invest News

A União quer promover um refinanciamento da dívida mobiliária dos estados e municípios mediante um compromisso de um duro ajuste fiscal. O equacionamento das dívidas dos governos estaduais junto a seus bancos, com a participação da União, implicará sacrifícios para os estados, como a perda do controle acionário de seus bancos.

Os estudos que vêm sendo feitos pelo Ministério da Fazenda prevêem, no primeiro caso, uma amortização efetiva do principal da dívida e juros, o que não vem sendo feito pela maioria dos estados. "A maior parte dos estados hoje não vem pagando o principal e os juros. Essa é a principal razão para o crescimento da dívida mobiliária", disse uma fonte do Tesouro Nacional.

A dívida mobiliária de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de São Paulo, incluindo os municípios destes dois últimos estados, saltou de R\$ 16,9 bilhões em janeiro de

1994 para R\$ 42,3 bilhões em março último. O Banco Central (BC) vem promovendo a rolagem com seus papéis de R\$ 30,6 bilhões de dívidas dos estados e municípios no mercado.

Os estados vêm promovendo a

rolagem de apenas R\$ 9 bilhões de seus papéis no mercado e mantêm outros R\$ 2,6 bilhões em suas próprias carteiras. Os custos financeiros com rolagem desses papéis acabaram sendo menor, mas, ao contrário do que se espe-

rava, não tem contribuído para reduzir o déficit fiscal.

A maioria dos estados não vem pagando os juros e o principal com receita fiscal e, com isso, o déficit só vem aumentando. A equipe econômica quer, ao ofere-

cer um alongamento da rolagem das dívidas, reduzir o desembolso mensal dos estados e municípios. O Tesouro Nacional oferece seus papéis e fica com um crédito junto aos estados e municípios.

O desembolso mensal com a rolagem dessas dívidas tende a ser menor. A contrapartida é a exigência para que sejam pagos pelo menos os juros e parte do principal da dívida. "Se os juros forem pagos podemos obter uma melhora nas contas fiscais", disse um assessor do ministro da Fazenda, Pedro Malan.

A renegociação das dívidas com os estados vai passar por compromissos que podem ter um custo ainda maior aos governadores, como a perda da administração dos seus bancos. A União está disposta a conceder o Programa de Apoio ao Fortalecimento e ao Estímulo do Sistema Financeiro Nacional (Proer) a qualquer banco estadual, desde que haja mudança de controle acionário.

O Banespa, do governador Mário Covas, de São Paulo, poderá receber linhas do Proer e de assistência financeira de redesconto do BC. A condição para o Proer será

a troca do controle acionário do Banespa, como a sua federalização. O BC espera federalizar o Banespa e depois privatizá-lo.

O presidente da Associação Brasileira dos Bancos Estaduais (Asbase), Osiris Monteiro Rodrigues, disse que entregou ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, um conjunto de sugestões para equacionar as dificuldades dos bancos estaduais.

"A maioria dos governadores não quer privatizar seus bancos", disse Monteiro Rodrigues. O que os governadores esperam são linhas de financiamentos para tirar seus bancos das dificuldades atuais. Monteiro Rodrigues informou que os governadores querem uma linha de financiamento parecida com a que foi criada pelo BC para socorrer as instituições financeiras privadas.

Hoje, o Banespa e os demais bancos estaduais em dificuldades pagam taxas de juro punitivas para captar recursos no interbancário. Com a liberação dos recursos do Proer, os custos financeiros ficariam em torno de 11% ao ano mais a variação da Taxa Referencial (TR).